

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO CODEMIG 2018
Senhores acionistas e demais interessados:

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais S.A. ("Companhia" ou "Codemig") apresenta à V. Sas. as demonstrações financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O Relatório Anual da Administração encontra-se disponível para consulta no site da Companhia (www.codemig.com.br).

BALANÇO PATRIMONIAL						DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
Em milhares de reais						EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO					
Em milhares de reais						Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação					
Ativo	Notas	2018	2017	Passivo	Notas	2018	2017		Notas	2018	2017
Circulante						Operações continuadas					
Caixa e equivalentes de caixa	5	338.631	402.165	Contas a pagar	16	426.561	270.197	Receita líquida	23	904.474	548.437
Títulos e valores mobiliários	6	66.133	295.911	Empréstimos e financiamentos	17	-	116.193	Lucro bruto		904.474	548.437
Contas a receber	7	172.547	71.242	Tributos a recolher	18	621	4.192	Receitas (despesas) operacionais			
Dividendos a receber	8	961	1.515	Salários e encargos sociais	19	6	12.540	Despesas gerais e administrativas	24	(9.534)	(15.832)
Impostos e contribuições a recuperar	9	6.803	9.647	Partes relacionadas	15	3.519	-	Gastos com desenvolvimento		(73)	-
Outros ativos circulantes		-	279	Outras contas a pagar		20	2.568	Resultado com participações societárias	12.2	961	1.121
Partes relacionadas	15	6.784	-	Total do passivo circulante		430.727	405.690			(8.646)	(14.711)
Total do ativo circulante		591.859	780.759	Non circulante				Lucro antes do resultado financeiro		895.828	533.726
Non circulante						Operações descontinuadas					
Títulos e valores mobiliários	6	20.000	20.000	Contas a pagar	16	49.324	4.180	Prejuízo do exercício de operações			
Impostos e contribuições a recuperar	9	-	14.941	Empréstimos e financiamentos	17	-	217.395	descontinuadas	1 (c)	(14.190)	(263.205)
Depósitos judiciais	10	1.059	17.124	Adiantamentos recebidos	20	136.579	84.512	Lucro líquido do exercício		911.123	273.350
Estoque de imóveis a comercializar	11	-	30.495	Tributo diferido		-	339	Lucro por ação de operações continuadas e			
Outros ativos financeiros	12.1	-	177.755	Provisão para contingências	21	18.960	22.921	descontinuadas atribuível aos acionistas da			
Partes relacionadas	15	101.549	18.133	Total do passivo não circulante		204.863	329.347	Companhia durante o exercício (expressos			
		122.608	278.448	Total passivo		635.590	735.037	em R\$ por ação)			
Investimentos	12.2	268	186.080	Patrimônio líquido	22			Lucro básico e diluído por ação			
Imobilizado	13	615.296	1.139.532	Capital social		10.260	966.915	De operações continuadas	27	4.088.66	3.943.68
Intangível	14	19	15.637	Reserva de capital		591.170	99.513	De operações descontinuadas	27	(62.70)	(1.934.56)
		615.583	1.341.249	Ajustes de avaliação patrimonial		-	13.781			4.025.96	2.009.12
Total do ativo não circulante		738.191	1.619.697	Reservas de lucro		93.030	585.210				
Total do ativo		1.330.050	2.400.456	Total do patrimônio líquido		694.460	1.665.419				
		1.330.050	2.400.456	Total do passivo e patrimônio líquido		1.330.050	2.400.456				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhares de Reais

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2016	845.430	25.180	13.013	34.276	444.827	-	1.362.726
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	273.350	273.350
Outros resultados abrangentes							
Ganho líquido de valor justo	-	-	575	-	-	-	575
Tributos diferidos sobre o ganho e perdas de valor justo	-	-	(195)	-	-	-	(195)
Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas	-	-	388	-	-	-	388
Total do resultado abrangente do exercício			768			273.350	274.118
Outras mutações no patrimônio líquido							
Aumento de capital	121.485	-	-	-	-	-	121.485
Ágio na emissão de ações	-	74.333	-	-	-	-	74.333
Constituição de reservas	-	-	-	13.668	169.682	(183.350)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(77.243)	(90.000)	(167.243)
Em 31 de dezembro de 2017	966.915	99.513	13.781	47.944	537.266	-	1.665.419
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	911.123	911.123
Outros resultados abrangentes							
Ganho líquido de valor justo (nota 6)	-	-	77	-	-	-	77
Tributos diferidos sobre o ganho e perdas de valor justo	-	-	(26)	-	-	-	(26)
Perda na liquidação de instrumentos financeiros (nota 6 e 22 (f))	-	-	(1.330)	-	-	-	(1.330)
Reversão de tributos diferidos (nota 6 e 22 (f))	-	-	365	-	-	-	365
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e controladas	-	-	44	-	-	-	44
Total do resultado abrangente do exercício			(870)			911.123	910.253
Outras mutações no patrimônio líquido							
Baixa de acervo líquido por cisão (nota 1 (c))	(956.872)	-	(12.911)	(45.935)	(316.814)	-	(1.332.532)
Aumento de capital (nota 22 (a))	217	491.657	-	-	(220.072)	-	271.802
Constituição de reservas (nota 22 (d))	-	-	-	43	90.598	(90.641)	-
Distribuição de dividendos (nota 22 (e))	-	-	-	-	-	(820.482)	(820.482)
Em 31 de dezembro de 2018	10.260	591.170	-	2.052	90.978	-	694.460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhares de Reais

	2018	2017		2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			Dividendos recebidos	1.121	1.951
Lucro do exercício, incluindo operações descontinuadas	911.123	273.350	Juros pagos	(7.102)	(48.905)
Ajuste de:			Imposto de renda e contribuição social pagos	(359)	-
Depreciação e amortização	3.241	13.188	Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	1.082.893	356.411
Reversão para perda por redução ao valor recuperável de ativos	(6)	(54)	Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Constituição/ (reversão) de provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa	(1)	2.320	Aporte em títulos e valores mobiliários	(50.000)	(819.500)
(Reversão) / provisão para litígios	(91)	1.554	Resgate de títulos e valores mobiliários	64.592	587.665
Liquidação de instrumentos financeiros disponíveis para venda	(1.330)	-	Aporte de capital em controladas e coligadas	(65)	(55.172)
Receitas financeiras	(23.745)	(11.929)	Redução de capital em controladas	-	163.783
Despesas financeiras	9.310	50.096	Aquisição de coligada	(1.500)	-
Perda na baixa de imobilizado e outros ativos	190	6.798	Aquisição de imobilizado	(1.158)	(8.743)
Resultado de equivalência patrimonial	(332)	45.631	Custo de desenvolvimento	(2.234)	(5.276)
Resultado de instrumentos financeiros capitalizados	-	(1.004)	Aquisição de direitos contratuais	-	(789)
Variações em provisões, benefícios e incentivos	(768)	4.188	Mútuo com controladas	-	3.227
Ajustes de capital de giro			Fluxo de caixa líquido (aplicados nas) / originado das atividades de investimento	9.635	(134.805)
Redução de títulos e valores mobiliários para fins de negociação imediata	91.915	-	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento no contas a receber	(105.787)	(13.264)	Amortização do principal das debêntures	(335.580)	(115.080)
Redução dos impostos e contribuições a recuperar	5.629	2.784	Dividendos pagos	(820.482)	(222.270)
Aumento de estoque de imóveis	(212)	(615)	Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.156.062)	(337.350)
(Aumento) / redução de depósitos judiciais	(135)	221	Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(63.534)	(115.744)
Aumento de partes relacionadas	(67.493)	-	Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	402.165	517.909
(Aumento) / redução de outros ativos	(898)	527	Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	338.631	402.165
Aumento no contas a pagar	222.986	26.770	Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(63.534)	(115.744)
(Redução) / aumento dos tributos a recolher	(3.577)	595			
(Redução)/aumento de salários e encargos sociais	(1.417)	888			
Aumento de outras contas a pagar	3.061	1.321			
Aumento de adiantamento de clientes	48.017	-			
Redução de provisão para litígios	(447)	-			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhares de Reais

	Notas	2018	2017
Lucro líquido do exercício			
De operações continuadas	925.313	536.555	
Outros componentes de operações continuadas			
Ganho líquido de valor justo	6 e 12.1	77	575
Tributos diferidos sobre o ganho e perdas de valor justo		(26)	(195)
Perda na liquidação de instrumentos financeiros	6 e 22 (f)	(1.330)	-
Reversão de tributos diferidos	6 e 22 (f)	365	-
Resultado abrangente das operações continuadas		924.399	536.935
Lucro líquido do exercício			
De operações descontinuadas	(14.190)	(263.205)	
Outros componentes de operações descontinuadas			
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e controladas	12.2	44	388
Resultado abrangente das operações descontinuadas		(14.146)	(262.817)
Resultado abrangente total do exercício		910.253	274.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhares de Reais

	2018	2017
Receitas		
Receita SCP	904.410	548.020
Vendas brutas de produtos e serviços	6.604	60.160
Outras receitas	273	17.972
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	1	(2.721)
	911.288	623.431
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos e imóveis vendidos e serviços prestados	(1.000)	(13.641)
Custos de publicidade	(278)	(23.429)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.146)	(122.977)
Gastos com convênios	(2.303)	(61.250)
Recuperação de valores ativos	5	54
	(14.722)	(221.243)
Valor adicionado bruto	896.566	402.188
Depreciação e amortização	(3.241)	(13.188)
Valor adicionado líquido produzido	893.325	389.000
Valor adicionado recebido em transferência		
Participação nos lucros de controladas	331	(45.631)
Receitas financeiras	41.760	60.386
Outras	-	1.009
Valor adicionado total a distribuir	935.416	404.764
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal - remuneração direta	(7.547)	(42.287)
Pessoal - benefícios	(552)	(7.187)
FGTS	(236)	(3.246)
Impostos, taxas e contribuições	(7.924)	(26.030)
Federais	(6.895)	(18.528)
Estaduais	(80)	(728)
Municipais	(949)	(6.774)
Juros e variações cambiais	(7.873)	(51.478)
Alugueis	(161)	(1.186)
Juros sobre capital próprio e dividendos	(820.482)	(90.000)
Lucros retidos	(90.641)	(183.350)
Valor adicionado distribuído	(935.416)	(404.764)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“Companhia” ou “Codemig”) é uma entidade pública, empresa pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações e controlada pela Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE (“Codemge”) e indiretamente pelo Governo do Estado de Minas Gerais (“Governo de MG”).

Em 19 de dezembro de 2017, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou o Projeto de Lei (PL) 4.827/2017 que autoriza o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a transformar a Codemig em sociedade de economia mista. O Projeto de Lei foi sancionado pelo Governador do Estado de MG em 3 de janeiro de 2018, transformando o PL 4.827/2017 na Lei 22.828/2018. Em seguida, foram desencadeados diversos procedimentos internos da Companhia com a finalidade de promover a abertura de seu capital. A Lei 22.828/2018 determina, ainda, que o Estado de Minas Gerais mantenha sob seu poder, no mínimo, 51% do capital votante da Codemig, não podendo, portanto, transferir seu controle acionário sem autorização legislativa. Sendo assim, após efetivada a abertura de capital, a Codemig se transformaria em uma sociedade de economia mista, anônima, de capital aberto.

O projeto de abertura de capital objetiva diversificar o capital, com a finalidade de promover maior dinamismo e autonomia à condução dos negócios sociais. Ao mesmo tempo, pretende continuar viabilizando o interesse coletivo, por meio de políticas públicas, em prestígio aos princípios da impessoalidade, da eficiência, da economicidade e da supremacia do bem comum.

Com o resultado das eleições ocorridas em outubro de 2018 que determinaram a troca do representante do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, o processo de abertura de capital encontra-se paralisado aguardando avaliação pelo novo Governo de MG.

(a) Objeto social

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletroeletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo de saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente; (vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) indústria criativa, esporte e turismo.

Visando atingir o seu objeto social, a Codemig está autorizada atuar de forma à: (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar, arrendar, locar, doar ou receber terrenos e imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos; (v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária; (vi) realizar a contratação ou a execução de projeto, obra, serviço ou empreendimento; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, direta ou indiretamente; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada destinadas à instalação e ao funcionamento de indústrias, empresas, ou atividades correlacionadas, respeitando os planos diretores; (ix) participar em empresas privadas dos setores minerossiderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação; (xi) contratar parceria público-privada, observada a legislação pertinente.

(b) Sociedade em Conta de Participação com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM

A Companhia apresenta como principal fonte de recursos a participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (“CBMM”) que visa explorar os direitos minerários detidos pela Companhia no município de Araxá – MG para exploração de nióbio.

Uma SCP é uma reunião de pessoas físicas ou jurídicas para a produção de um resultado comum, operando sob a responsabilidade integral de um “sócio ostensivo”, no caso, a CBMM. É o sócio ostensivo quem pratica todas as operações em nome da SCP, registrando-as contabilmente como se fossem suas, porém identificando-as para fins de partilha dos respectivos resultados. A Companhia, como “sócio participante”, recebe mensalmente o montante equivalente a 25% dos resultados da SCP.

Os “sócios participantes” integrantes, que não o “sócio ostensivo”, não tem participação na gestão dos negócios da SCP, apenas nos resultados gerados, se obrigando somente perante ao sócio ostensivo. A SCP não adquire personalidade jurídica.

Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos da Companhia, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida e, considerando que a periodicidade de distribuição dos resultados é contratualmente estabelecida para o início do mês subsequente à competência do resultado, a contrapartida se dá diretamente no contas a receber. Os recursos obtidos com a SCP são aplicados conforme as diretrizes do estatuto da Companhia, visando o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

A Escritura Pública que estabelece a SCP com a CBMM também introduziu a criação da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA, para qual Codemig e CBMM arrendaram seus direitos minerários e cuja atividade única é a lavra do nióbio na região de Araxá/MG e a venda do minério extraído. De acordo com a Escritura Pública e com o Estatuto Social da COMIPA, sua atividade exploratória possui como única cliente a SCP, conduzida pela sócia ostensiva CBMM. A Escritura Pública é de 1972 e tem prazo de vigência contratual de 30 anos renováveis e consequentemente renovados por outros 30.

(c) Reorganização societária – Cisão parcial

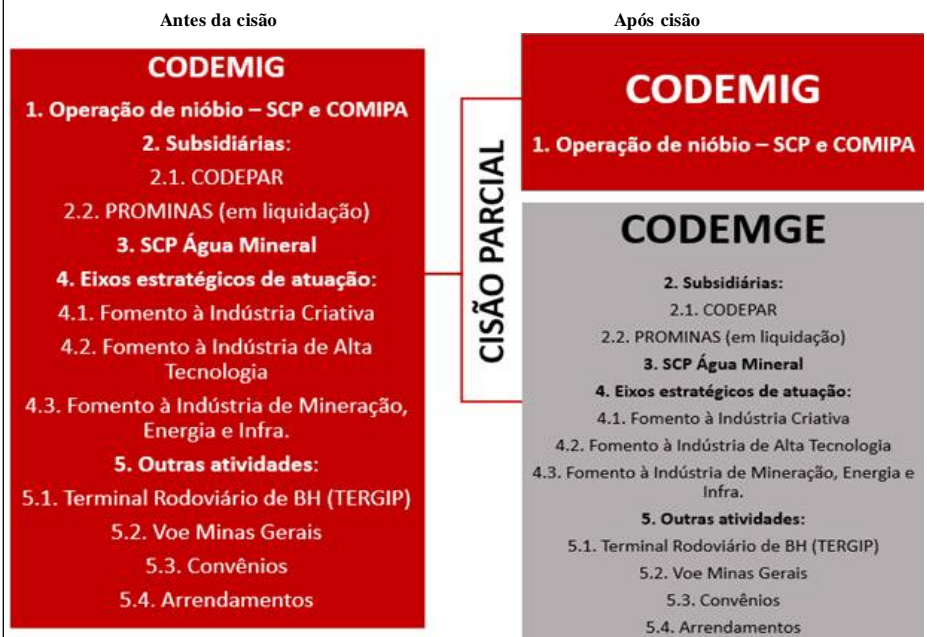
Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 31 de janeiro de 2018, ratificada na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 7 de fevereiro de 2018, os acionistas da Companhia decidiram pela realização de reorganização societária através de cisão parcial (“Cisão”), sendo criada a Codemge onde foi incorporado o acervo líquido cindido com a substancialidade do patrimônio da Codemig na data da cisão. A Codemge, a partir de então, é a empresa responsável pela continuidade dos negócios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig. A cisão teve como principais objetivos:

(i) dissociar o negócio de nióbio e seu patrimônio adjacente das demais atividades executadas pela Codemig antes da Cisão;

(ii) apresentar aos acionistas da Codemig resultado e fluxo de caixa livres das aplicações usuais realizadas para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais; e

(iii) simplificar a estrutura de negócio da Codemig, visando facilitar a apresentação da empresa ao mercado, no âmbito da abertura de capital da Companhia.

A seguir, resumo dos negócios que são geridos por cada uma das empresas após os efeitos da cisão:



(c) Reorganização societária – Cisão parcial (continuação...)

A partir da cisão, a Codemig tem como atividade principal o recebimento dos fluxos de caixa advindos de sua participação na SCP com a CBMM (nota 1 (b)) e atividades vinculadas à Escritura Pública de constituição da SCP, e após o levantamento de balancetes mensais para a apuração do lucro do período, tem o objetivo de distribuir no mínimo 70% dos lucros através de dividendos intercalares mensais, por deliberação da sua Diretoria Executiva, delegada pelo Conselho de Administração.

O objeto social da Companhia, mencionado na nota 1, se manteve inalterado após a cisão, conforme os dispositivos legais determinados na lei de sua criação significando que a Companhia está autorizada, e não obrigada, a realizar as ações promotoras do desenvolvimento econômico de Minas Gerais, não havendo tal intenção pela sua atual administração. A Codemge, conforme mencionado anteriormente, assumiu todas as atividades realizadas pela Codemig que não participação no negócio de Nióbio.

A cisão parcial da Codemig foi realizada com base no valor contábil do acervo patrimonial, objeto da operação, apurado de acordo com o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2017. A referida operação implicou redução de seu patrimônio líquido na exata proporção do acervo líquido cindido e vertido para a Codemge. A data da efetivação da cisão, como aprovada pelos acionistas, foi 31 de janeiro de 2018, tendo sido estabelecido na Justificação da Cisão Parcial, que devem ser imputados à Nova Companhia (Codemge) as variações patrimoniais que tenham ocorrido na parcela do patrimônio cindido, entre a data-base (31/12/2017) e a data da efetivação da cisão (31/01/2018).

O acervo líquido cindido à Codemge na data da efetivação da cisão está composto como abaixo:

Ativo	31/01/2018	Passivo	31/01/2018
Circulante		Circulante	
Títulos e valores mobiliários	130.766	Contas a pagar	16.530
Contas a receber	4.483	Tributos a recolher	991
Dividendos antecipados e a receber	394	Salários e encargos sociais	11.117
Impostos e contribuições a recuperar	620	Outras contas a pagar	5.609
Outros ativos circulantes	1.027		
Total do ativo circulante	137.290	Total do passivo circulante	34.247
Não circulante		Não circulante	
Impostos e contribuições a recuperar	14.942	Provisão para contingências	3.423
Depósitos judiciais	16.200	Contas a pagar	4.180
Estoque de imóveis a comercializar	30.707	Partes relacionadas	98.110
Outros ativos financeiros	177.756	Total do passivo não circulante	105.713
Partes relacionadas	97.182		
Investimentos	186.792	Patrimônio líquido	
Imobilizado	793.800	Capital social	956.872
Intangível	17.823	Ajustes de avaliação patrimonial	12.911
Total do ativo não circulante	1.335.202	Reservas de lucro	362.749
Total do ativo	1.472.492	Total do patrimônio líquido	1.332.532
		Total do passivo e patrimônio líquido	1.472.492

Operações descontinuadas

As operações descontinuadas referem-se ao efeito da cisão de ativos e passivos, ocorrida em 31 de janeiro de 2018, quando a Codemge foi criada, por intermédio de cisão parcial de parte do patrimônio da Codemig, e constituída sob a forma de sociedade anônima, nos termos do §2º do artigo 229 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

A Codemge é responsável pela continuidade das ações de fomento ao desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, que anteriormente eram conduzidas pela Codemig, recebendo todas as atividades e patrimônios relacionados a elas, com exceção do negócio de exploração de nióbio, descrito na nota 1 (b). A administração optou pela reorganização societária no contexto de abertura de capital da Codemig, visando segregar riscos e otimizar as atividades de ambas as sociedades.

(i) Resultado líquido de operações descontinuadas em 31 de dezembro

	2018	2017
Receita líquida	2.956	52.225
Custo dos produtos e imóveis vendidos e serviços prestados	(1.000)	(13.641)
Lucro bruto	1.956	38.584
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(10.767)	(199.058)
Gastos com convênios	(2.230)	(61.250)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3.573)	1.921
Resultado com participações societárias	(629)	(46.752)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(17.199)	(305.139)
Receitas financeiras	(15.243)	(266.555)
Despesas financeiras	1.130	4.313
Resultado financeiro	(77)	(963)
Prejuízo do exercício	(14.190)	(263.205)

As operações descontinuadas apresentam prejuízo de R\$14.190 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 263.205 em 31 de dezembro de 2017), totalmente atribuível a seus acionistas, a qual corresponde ao resultado das atividades transferidas à Codemge durante o período de um mês findo em 31 de janeiro de 2018 – período anterior à cisão. Já em relação aos saldos de 31 de dezembro de 2017, as operações descontinuadas representam o período acumulado de doze meses findos nessa data.

(ii) Fluxo de caixa das operações descontinuadas

	2018
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(6.906)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades de investimento	6.906
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-
Varição de caixa e equivalentes de caixa, líquido	-

(d) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras da Codemig foi aprovada pela Administração da Companhia em 8 de março de 2019.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Dessa forma evidenciam todas as informações relevantes, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 2.3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Em alguns casos, certos ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da mesma. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 2.5.

A administração, durante o seu processo decisório e de análise da operação, não distingue os segmentos de negócio que compõem a Companhia considerando seu papel essencial como fomentador de atividades econômicas no Estado de Minas Gerais. Logo seus resultados operacionais não influenciam os recursos que serão alocados em cada segmento e sua avaliação de desempenho.

(a) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.1. Investimento

(a) Coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não tendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Base de preparação (continuação...)

2.1. Investimento (continuação...)

(a) Coligadas (continuação...)

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da Companhia em suas coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais das coligadas. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e as coligadas são eliminados em proporção à participação na respectiva coligada.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as práticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. Independentemente disso, a defasagem máxima entre as datas de encerramento das demonstrações da coligada e da Companhia não será superior a dois meses.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas coligadas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das coligadas e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica "Resultado com participações societárias", na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

Nos exercícios apresentados a Companhia detinha participação nos seguintes investimentos:

Investidas	Principal atividade	% participação	
		2018	2017
Controladas			
CODEPAR - Codemig Participações	Invest. em parcerias de desenvolvimento	Cindida (nota 1 (c))	100
CODEÁGUAS Águas Minerais	Extração e comércio de água mineral	Cindida (nota 1 (c))	99
PROMINAS - Cia. Mineira de Promoções (em liquidação)	Locação de instalações	Cindida (nota 1 (c))	91
Coligadas			
COMIPA - Cia. De Mineração			
Pirocloro de Araxá	Mineração de nióbio		51
IAS - Indústria de Aviação e Serviços	Mecânica aeroespacial	Cindida (nota 1 (c))	15
Helibrás - Helicópteros do Brasil	Aeroespacial	Cindida (nota 1 (c))	16
Vodafone Brasil - Datora Mobile	Telecomunicações móvel	Cindida (nota 1 (c))	43

2.2. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/ não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e risco insignificante de mudança de valor. A Companhia entende que podem ser considerados investimentos com conversibilidade imediata aqueles possuem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

(b) Ativos e passivos financeiros

(i) Instrumentos financeiros (IFRS 9 / CPC 48)

Após a vigência do IFRS 9 / CPC 48, passam a existir três principais categorias de classificação para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação de ativos financeiros de acordo com a referida norma é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 / CPC 48 elimina as categorias antigas do IAS 39 / CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros.

Além disso, o IFRS 9 / CPC 48 substitui o modelo de avaliação de impairment de "perdas incorridas" do IAS 39 / CPC 38 por um modelo de "perdas de crédito esperadas". Nos termos da norma vigente, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no modelo de avaliação apresentado pela antiga norma. Em geral, espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do IFRS 9 / CPC 48 aumentem e tornem-se mais voláteis. Considerando a relevância do principal cliente da Companhia, os impactos do saldo de perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") irão oscilar substancialmente de acordo com a alteração da avaliação do risco de crédito da CBMM pela Companhia.

(ii) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 9 / CPC 48 foram aplicadas desde 1º de janeiro de 2018 e não geraram efeitos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

(iii) Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Para todos os ativos financeiros que rendem juros a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

(iv) Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, VJORA ou VJR. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
 - os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.
- Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir:
- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
 - os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o

objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

(v) Redução ao valor recuperável

A Companhia aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo IFRS 9 / CPC 48, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes. O monitoramento do risco de crédito dos clientes é efetuado trimestralmente considerando opinião de empresas especializadas sobre o principal cliente da Companhia, dados históricos e avaliação do desempenho financeiro da SCP. Tal avaliação não alterou o saldo de impairment do contas a receber junto a CBMM, que se manteve sem saldo. Outros detalhes sobre o cálculo da estimativa estão na nota 2.6 (b) e na nota 7. No que se refere ao caixa e equivalentes de caixa, também sujeitos aos requisitos de impairment do IFRS 9 / CPC 48, a perda de valor recuperável identificada foi imaterial.

(c) Depósito judicial

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura.

(d) Contas a receber

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidas por eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Os recebíveis da Companhia se resumem aos lucros da Sociedade em Conta de Participação e ao contrato de arrendamento mantido com a sua coligada.

(e) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis quando aplicável, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos conforme a seguir apresentado:

Prédios e Benfeitorias	78 anos
Equipamentos operacionais	5 a 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos em conformidade com a política da Companhia, e pode ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na vida útil do bem. Havendo alteração da vida útil está é ajustada de forma prospectiva.

(f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

(g) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa o valor contábil líquido dos ativos em conformidade com a política da Companhia, podendo ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na sua mensuração. Anualmente é feita uma avaliação interna da Companhia, como determinado pela sua política, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia revisa o valor recuperável do ativo individual ou da unidade geradora de caixa que tal ativo faz parte, e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital da Companhia. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

(h) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. A Codemig liquidou antecipadamente, em fevereiro de 2018, as debêntures emitidas em 2012 e na data base destas demonstrações não possui saldo de empréstimos e financiamentos. Para outras informações vide nota 17.

(i) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia: (i) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(j) Benefícios pós-aposentadoria

A Companhia patrocina o plano CODEMIG PREV, administrado e executado pela LIBERTAS – Fundação Libertas de Seguridade Social, estruturado na modalidade de contribuição definida, o qual requer que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. O referido plano foi aprovado pelo órgão governamental competente em outubro de 2013, tendo seu início operacional ocorrido em novembro de 2013. Todos os benefícios oferecidos pelo plano CODEMIG PREV estão estritamente ligados ao saldo de contas acumulado pelo participante, em virtude das contribuições vertidas por estes e pela Companhia (patrocinadora). Tendo em vista que a modalidade do plano de benefícios é contribuição definida, o reconhecimento da obrigação deste plano é direto, não sendo necessário realizar cálculos, devendo as contribuições realizadas no exercício serem reconhecidas como despesas com pessoal. As contribuições da Companhia para planos de benefícios de contribuição definida são debitadas à demonstração de resultados no período a que as contribuições se referem.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Base de preparação (continuação...)

2.3. Resumo das principais práticas contábeis (continuação...)

(j) Benefícios pós-aposentadoria (continuação...)

Considerando a cisão descrita na nota 1 (c), a Codemig transferiu todos seus funcionários à Codemge, que atua desde então como patrocinadora desse mesmo plano. Após a cisão e transferência dos empregados à Codemge, a Codemig não fez mais contribuições ao plano CODEMIG PREV.

(k) Reconhecimento de receita

A receita, após adoção do IFRS 15/CPC 47, é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

Para o reconhecimento da receita, a Companhia adotou os seguintes procedimentos:

- (a) identificação do contrato com o cliente;
- (b) identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- (c) determinação do preço da transação;
- (d) alocação do preço da transação; e por fim,
- (e) reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 15 / CPC 47 foram aplicadas desde 1º de janeiro de 2018 e não geraram efeitos na mensuração das receitas da Companhia.

Participação na SCP com a CBMM

A receita é reconhecida, conforme contrato firmado entre a Companhia e a CBMM, quando o direito da Companhia de receber o pagamento decorrente do lucro sobre a operação da SCP for mensurado e informado pela CBMM, sócia ostensiva da SCP, o que ocorre usualmente em bases mensais.

O contrato que constitui a SCP ainda determina que o pagamento dos tributos sobre o lucro ocorra apenas no momento da sua exigibilidade, que é pago em sua substancialidade pela CBMM em janeiro do exercício seguinte a sua apuração. A fim de fazer a representação fidedigna do resultado da SCP os tributos sobre o lucro da SCP são reconhecidos no momento em que incorrem, e reduzem o valor da receita bruta da SCP. Para conciliação da receita da SCP e seus tributos incidentes na SCP, vide nota 23.

(l) Tributos sobre a renda

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

A Companhia, na revisão de seus ativos fiscais diferidos decorrentes de sucessivos prejuízos fiscais, entende que tal cenário não será revertido em um futuro próximo, de modo que o ativo gerado de tal benefício fiscal não se encontra apresentado em suas demonstrações.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota dos tributos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas tributárias (e lei tributária) em vigor na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para pensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

(m) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

2.4. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB, mas não está em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(i) IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

A partir dessa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações.

2.4. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018 (continuação...)

(i) IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil (continuação...)

Como a Companhia não possui contratos de arrendamento como arrendatária, e não ocorreram alterações significativas nas práticas contábeis dos arrendadores, a administração não espera nenhum impacto com a adoção dessa nova norma em suas demonstrações financeiras.

2.5. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão demonstrados a seguir:

(a) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens, apurada através de laudos emitidos por empresas contratadas ou por especialistas, que são revisados regularmente. A administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

2.6. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos críticos e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Os principais julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis estão apresentados a seguir:

(a) Tributos diferidos

Tributo diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscais futuras.

Em casos de cisão parcial, a pessoa jurídica cindida poderá manter para utilização futura os seus próprios prejuízos fiscais proporcionalmente à parcela remanescente do patrimônio líquido da cisão. Considerando que a Cisão manteve 21,82% do patrimônio da Companhia, em 31 de janeiro de 2018 o prejuízo fiscal acumulado controlado pela Companhia na data base das demonstrações financeiras é de R\$624.818 (R\$2.857.630 em 31 de dezembro de 2017). Caso a Companhia tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 30% dos tributos incidentes sobre os lucros projetados, conforme regra do benefício fiscal vigente.

Dessa maneira a administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos.

A ausência de expectativa de resultado tributável futuro deve-se ao fato de que a principal receita da Codemig é tributada no âmbito da SCP com a CBMM e, conseqüentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia. No julgamento da administração, avaliando suas despesas tributáveis atuais, não há expectativa de lucros tributáveis futuros.

(b) Avaliação do risco de crédito da CBMM

Baseado em relatório de especialistas de crédito, no histórico de 46 anos do contrato de SCP com a CBMM e no desempenho financeiro recente da SCP, a administração julgou que o risco de crédito do contas a receber é irrelevante e conseqüentemente, embora entenda que conceitualmente o saldo de impairment devesse apresentar uma perda estimada nos termos do IFRS 9 / CPC 48, a perda a ser registrada é imaterial no contexto destas demonstrações financeiras.

3. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas suas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como conseqüência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

A Companhia não aplica em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco elevado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Conforme descrito abaixo, a Companhia está exposta a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez, risco de crédito (concentração) e risco cambial (risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de câmbio).

(a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia que são liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço

3. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros (continuação...)

(d) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do período. A taxa básica de juros em 31 de dezembro de 2018 era de 6,4% e o iene estava cotado à R\$0,0353. Pela alta correlação do CDI com a taxa básica de juros, para efeitos dessa análise de sensibilidade, o mesmo foi considerado como 100% da taxa básica. A administração, baseada em estimativas de mercado, estima que o cenário provável da taxa básica de juros ao final de 2019 seja 0,6% acima da taxa atual, enquanto espera-se uma redução de 8,5% da cotação do iene. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados nos próximos 12 meses, advindos de uma variação de 25% e 50% da variação esperada dos riscos pertinentes aos quais a Companhia está exposta.

	Saldo contábil	Nocional	Indexador	Taxa / cotação atual	Taxa / cotação esperada
Ativo					
Aplicações financeiras	397.555	397.555	CDI	6,40%	7,00%
Letras financeiras	20.316	20.316	CDI	6,40%	7,00%
Passivo					
Adiantamentos de exportação – SCP	(i)	13.515.099 (i)	Iene	0,0353	0,0323

(a) Risco de liquidez (continuação...)

patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Contas a pagar	426.561	16.553	32.771	-
Adiantamentos recebidos	-	19.511	88.258	28.810

Em 31 de dezembro de 2017

Contas a pagar	270.197	4.180	-	-
Empréstimos e financiamentos	116.193	113.460	103.935	-
Adiantamentos recebidos	-	-	51.567	32.945

(b) Risco de crédito - concentração

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos da Companhia é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber desde a constituição da Companhia derivadas dessa operação. Os acordos firmados com a CBMM vêm sendo honrados integralmente e tempestivamente.

Com relação ao caixa e equivalentes de caixa, os mesmos apresentam baixo risco de crédito, tendo em vista que a maioria das aplicações é de liquidez diária e estão distribuídas entre instituições bancárias e financeiras sólidas, no julgamento da administração da Companhia, sob a regra de 30% de concentração máxima de recursos em uma única instituição. A política de aplicação da Companhia considera os princípios da boa governança, com vistas a obter o melhor nível de retorno em operações de baixo risco e sem carência ou com prazo de carência curto, tendo em vista o perfil de investimento conservador da Companhia e sua necessidade de liquidez.

A qualidade do crédito das aplicações financeiras e das contas correntes classificadas como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito, conforme abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	2018	2017
Depósitos bancários em contas correntes (Standard & Poor's)		
brAAA	4.774	2.793
brBBB	-	1
(Fitch Ratings)		
AA(bra)	1.973	4.164
A-(bra)	-	1
Caixa	145	28
Total caixa e banco conta movimento	6.892	6.987

Aplicações financeiras (Standard & Poor's)

brAAA	225.739	224.227
brAA	3.422	3.204
brBBB	68.819	58.647
(Fitch Ratings)		
AA-(bra)	1.652	1.610
A-(bra)	25.892	44.574
BBB(bra)	4.132	40.675
Demais aplicações (i)	2.083	22.241
Total certificados de depósitos bancários ...	331.739	395.178

Caixa e equivalentes de caixa - TOTAL **338.631** **402.165**

Títulos e valores mobiliários (Standard & Poor's)

brAAA	20.274	283.867
brBBB	20.316	20.378
(Fitch Ratings)		
AA(bra)	45.543	-
FIDC (ii)	-	11.666
Títulos e valores mobiliários - TOTAL	86.133	315.911

TOTAL **424.764** **718.076**

- i. CDB do Banco Semear, que não é avaliado por nenhuma das três agências internacionais de rating.
- ii. FIDC APL Minas Gerais que não apresenta rating.

(c) Risco cambial

A Companhia possui risco de exposição cambial referente às operações de adiantamentos de receitas mencionadas na nota 20, as quais estão atreladas às antecipações de cambiais em Iene realizadas pela SCP. Tais riscos a exposição cambial são acompanhados pela administração da Companhia, que avaliava periodicamente os riscos existentes nos passivos atrelados a outras moedas.

Como mencionado na nota 20, foi estabelecido nos atos societários da cisão (nota 1 (c)), que o passivo de adiantamento de receitas existente àquela época, referente a primeira e a segunda operação de adiantamento de receitas, seria vertido para Codemge. Em decorrência da impossibilidade de transferência desses contratos de adiantamento, foi registrado contas a receber (partes relacionadas) com a Codemge, no mesmo valor e nas mesmas condições do passivo (encargos financeiros e vencimentos) que serão cobradas na ocorrência da sua realização.

Em 2018 foi realizada uma terceira operação. Considerando que tal operação ocorreu após a Cisão, seus efeitos estão sendo tratados exclusivamente na Codemig.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros (continuação...)
(d) Análise de sensibilidade (continuação...)

	Cenários				
	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI					
Aplicações financeiras	27.829	34.786	41.743	20.872	13.914
Letras financeiras	1.422	1.778	2.133	1.067	711
Itens					
Contas a pagar - variação cambial SCP	41.891	52.364	62.837	31.418	20.946

(i) A Escritura Pública e o 8º Termo de Acordo da SCP determinam que a Codemig deve participar, na proporção de 25%, dos custos de variação cambial das operações de antecipações de exportações contratadas pela CBMM, como sócia ostensiva da SCP, independentemente de participar na antecipação da receita (notas 16 e 20). Logo, o passivo que gera variação cambial não está integralmente registrado na Codemig, apenas a parte que ela recebeu como adiantamento de receitas (nota 20). Como a obrigação cambial da Codemig não se vincula necessariamente com a existência de um passivo da sua parte, indicamos nessa nota 25% do "nocional" referente às antecipações de exportações contratadas pela SCP. As variações cambiais devidas pela Codemig em 31 de dezembro de 2018 estão demonstradas na nota 16.

3.1. Estimativa do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

	31 de dezembro de 2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total

Ativo				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	65.817	-	-	65.817
Total do ativo	65.817	-	-	65.817

	31 de dezembro de 2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total

Ativo				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	295.533	-	-	295.533
Total do ativo	295.533	-	-	295.533

4. Instrumentos financeiros por categoria

Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros ao valor contábil:

	2018	2017
Ativos		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	338.631	402.165
Títulos e valores mobiliários	20.316	20.378
Contas a receber	172.547	71.242
Dividendos a receber	961	1.515
Contas a receber com partes relacionadas	108.333	18.133
Total	640.788	513.433

VJR		
Títulos e valores mobiliários	65.817	295.533
Total	65.817	295.533

Outros ativos financeiros e custos		
BDMG	-	177.755
Total	-	177.755
Total de instrumentos financeiros ativos	706.605	986.721

Passivos		
Custo amortizado		
Contas a pagar	475.885	274.377
Empréstimos e financiamentos	-	333.588
Contas a pagar com partes relacionadas	3.519	-
Adiantamentos recebidos	136.579	84.512
Total de instrumentos financeiros passivos	615.983	692.477

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos conta movimento	6.892	6.987
Certificados de depósitos bancários - CDB ...	331.739	395.178
Total	338.631	402.165

6. Títulos e valores mobiliários

	2018	2017
Fundos de investimento (i)	65.817	283.867
FIDC - APL Minas Gerais (ii)	-	11.666
Letras Financeiras (iii)	20.316	20.378
Total	86.133	315.911
Circulante	66.133	295.911
Não circulante	20.000	20.000
Total	86.133	315.911

(i) Os fundos de investimento da Companhia se constituem como parte de seus recursos disponíveis para tesouraria. Os fundos que a Companhia aplica seus recursos possuem liquidez diária, estão indexados à taxa DI e por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais.

6. Títulos e valores mobiliários (continuação...)

(ii) O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios APL Minas Gerais era classificado como um fundo de fomento mercantil, nos termos da Deliberação ANBIMA. Tais fundos são regidos pelas disposições legais regulamentares, especialmente a Resolução CMN Nº 2.907/01 e a Instrução CVM nº 356/01, e alterações posteriores. O fundo era administrado pelo Bancoob DTVM, vencedora de processo licitatório conduzido pela Companhia. A Codemig liquidou antecipadamente o fundo, considerando a expectativa de não atingimento do percentual de direitos creditórios em carteira exigido na Instrução CVM Nº 356/2001 e os eventos de liquidação constantes em seu Regulamento. Em 2018, até a data da liquidação, os instrumentos financeiros se valorizaram em R\$77. Na data da liquidação, o montante baixado no ativo foi de R\$1.330 e de tributos diferidos no passivo de R\$365. O montante líquido de R\$965 foi recebido em fevereiro de 2018.

(iii) A Codemig aplicou R\$20.000 em letras financeiras subordinadas de longo prazo com o vencimento em outubro de 2024 e recebimento semestral dos juros previstos para os meses de abril e outubro de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía juros acumulados em R\$316 (R\$378 em 31 de dezembro de 2017) que serão recebidos em abril de 2019, e por isso, estão apresentados no ativo circulante. Esse instrumento tem como remuneração 125% do CDI.

7. Contas a receber

As contas a receber da Companhia correspondem substancialmente aos valores a receber advindos do resultado da SCP dos últimos 31 dias à data de apresentação desta demonstração financeira. Considerando o recebimento contratualmente mensal dos resultados da SCP, seu saldo pode apresentar oscilações sem correlação à variação das receitas acumuladas do exercício, uma vez que as bases temporais não são correlatas. Além disso, a Companhia possuía em 2017 valores a receber decorrentes de: arrendamentos, venda de vouchers aéreos do projeto Voe Minas Gerais, administração do terminal rodoviário Governador Israel Pinheiro e venda de imóveis no curso normal das atividades.

Estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras.

	2018	2017
Sociedade em Conta de Participação:		
CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	172.503	65.699
Outros contas a receber:		
Arrendamentos e recebíveis operacionais	44	13.858
Contas a receber por venda de imóveis	-	445
Demais contas	657	126
Total	173.204	80.128
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(657)	(8.886)
Total	172.547	71.242

A composição destes saldos por vencimento é como segue:

	2018	2017
A Vencer	172.503	68.803
Vencidos:		
Até 30 dias	44	182
Entre 30 e 60 dias	-	208
Entre 60 e 90 dias	-	1.204
Entre 90 e 180 dias	-	418
Há mais de 180 dias	657	9.313
Total	173.204	80.128

O montante apresentado no saldo de contas a receber está relacionado substancialmente à participação da Companhia na SCP com a CBMM, que não apresenta qualquer histórico ou perspectiva de inadimplência ou perda. A movimentação da provisão para perdas de contas a receber está apresentada a seguir:

	2018	2017
Saldo inicial	(8.886)	(6.566)
Constituição	(657)	(2.861)
Reversão por recebimento do título	1	140
Reversão por baixa/perda do título	1.339	401
Baixa por cisão	7.546	-
Saldo final	(657)	(8.886)

8. Dividendos a receber

	2018	2017
Juros sobre capital próprio BDMG	-	394
Dividendos a receber Comipa	961	1.121
Total	961	1.515

9. Impostos e contribuições a recuperar

Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras da Companhia de 2018 e anos anteriores e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social. Os valores retidos são realizados mediante a compensação dos impostos e contribuições federais a pagar da operação.

	2018	2017
Imposto de renda	6.657	23.855
Contribuição social	-	727
Outros impostos e contribuições a recuperar ...	146	6
Total	6.803	24.588
Circulante	6.803	9.647
Não circulante	-	14.941
Total	6.803	24.588

12.2. Investimentos em participações societárias (continuação...)

Composição e movimentação dos investimentos em participações societárias:

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2017	Aquisição de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	Baixa por cisão	Saldo em 31/12/2018
CODEPAR	180.260	-	(584)	44	-	(179.720)	-
CODEÁGUAS	1.831	60	(194)	-	-	(1.697)	-
PROMINAS	2.446	-	153	-	-	(2.599)	-
SCP Água mineral ..	-	1.500	-	-	-	(1.500)	-
COMIPA	268	-	961	-	(961)	-	268
Outros investimentos	1.275	5	(3)	-	-	(1.277)	-
Total	186.080	1.565	333	44	(961)	(186.793)	268

9. Impostos e contribuições a recuperar (continuação...)

A redução dos saldos decorre basicamente da cisão de ativos e passivos, ocorrida em 31 de janeiro de 2018 (nota 1 (c)).

10. Depósitos judiciais

Referem-se a valores depositados em juízo pela CBMM ao INSS em razão de discussões sobre verbas trabalhistas. A proporção de 25% (participação da Companhia como sócio participante da SCP) é reduzida diretamente do contas a receber da SCP até o encerramento do processo. Caso haja êxito da CBMM, o valor será revertido pela mesma e entregue à Companhia, corrigido pelas atualizações previstas em lei. Caso a justiça negue o pedido da CBMM, nenhum outro valor será cobrado da Companhia, sendo apenas levantado o depósito pela contraparte. O saldo dos depósitos judiciais efetuados está demonstrado a seguir:

	2018	2017
Desapropriação terrenos entorno Cidade Administrativa	-	15.736
Demais depósitos	1.059	1.388
Total	1.059	17.124

A redução dos saldos decorre basicamente da cisão de ativos e passivos, ocorrida em 31 de janeiro de 2018 (nota 1 (c)).

11. Estoque de imóveis a comercializar

Representavam estoque de distritos industriais e de terrenos que não serão destinados para uso próprio da Companhia e, conseqüentemente, estão disponíveis para venda. A composição dos saldos por localidade está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Distritos industriais	-	10.124
Ribeirão das Neves	-	27.185
Sete Lagoas	-	1.632
Governador Valadares	-	1.244
Total	-	40.185
Provisão para redução ao valor recuperável ..	-	(9.690)
Total	-	30.495

A redução dos saldos decorre basicamente da cisão de ativos e passivos, ocorrida em 31 de janeiro de 2018 (nota 1 (c)).

12. Participações societárias e outros ativos financeiros

A carteira de participações societárias era composta por empresas controladas e coligadas, sendo que após a cisão a Codemig permaneceu apenas com a participação societária na Comipa. Na referida cisão, foram vendidos à Codemig, investimentos em participações societárias em coligadas e em controladas, além de instrumentos financeiros, tais como participações societárias sem influência significativa e quotas em fundos de investimentos em participações. Para análise dos saldos dos patrimônios cindidos, vide nota 1 (c).

12.1. Outros ativos financeiros

	2018	2017
BDMG		
Saldo inicial	177.755	175.960
Capitalização do JCP	-	791
Capitalização dos dividendos	-	1.004
Baixa por cisão	(177.755)	-
Total	-	177.755

FIDC - APL Minas Gerais

Saldo inicial	-	11.091
Valorização de cotas	-	575
Reclassificação para títulos e valores mobiliários	-	(11.666)
Total	-	-

12.2. Investimentos em participações societárias

A Companhia possui investimento na Comipa, com a finalidade de manutenção de esforços em conjunto com a CBMM para exploração e lavra de minérios de pirocloro na região de Araxá/MG. A Codemig possui um total de 208.059.600 ações integralizadas, sem valor nominal na Comipa, representando uma participação no capital social total de 50,99%. Conforme definições do Estatuto Social da Comipa, a Companhia entende que a CBMM é a sócia com capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida, e portanto, detém poder sobre esta e é considerada a sua controladora, em conformidade com as definições de controle do IFRS 10 / CPC 36 - Demonstrações Consolidadas.

	2018		2017	
	Valor Patrimonial do investimento	Total	Valor Patrimonial do investimento	Total
CODEPAR	-	-	-	180.260
CODEÁGUAS	-	-	-	1.831
PROMINAS	-	-	-	2.446
COMIPA	268	268	268	268
Outros investimentos	-	-	-	1.275
Total	268	268	268	186.080

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(nota 20) (iii)	-	-	136.579	84.512	similar ao regime de caixa. Sendo assim, a Codemig, para refletir o passivo ou ativo gerado dessa obrigação ou direito criado pelo acordo, passou a registrar sua participação nas variações cambiais dessas operações em seu balanço e o realiza no momento em que a dívida for amortizada pela SCP, quando será deduzida ou incrementada da sua participação na SCP a variação cambial final da operação.	2021	19.511	20.293
-	-	-	-	-		2022	12.385	10.981
Convênios (nota 1 (a))						2023	56.362	32.945
Gastos com convênios	-	-	-	-		2024	28.810	-
-	-	(2.303)	(61.251)	-			136.579	84.512
15. Partes relacionadas (continuação...)					17. Empréstimos e financiamentos			
(a) Composição (continuação...)					Os saldos dos empréstimos e financiamentos estão assim demonstrados:			
(i) Diante dos atos societários da cisão mencionada na nota 1 (c), os valores acumulados em 31 de janeiro de 2018 de provisões registradas no contas a pagar da Companhia deverão ser liquidados pela Codemig quando da sua realização. Considerando que a Codemig é a sócia da SCP mantida com a CBMM, a Companhia figurará como intermediária dessa liquidação, sendo assim, um ativo de igual valor foi constituído contra a Codemig, na data da Cisão, e tem sido liquidado na mesma proporção do passivo. Vide nota 16.					Principal das debêntures	2018	2017	
(ii) Refere-se, substancialmente a receitas de operações da Codemig que, embora tenha ocorrido a Cisão, ainda têm sido recebidas pela Codemig e deverão ser ressarcidas. A Codemig e Codemge estão finalizando todos os processos de formalização operacional e fiscal pós-cisão.					Juros	-	335.580	
(iii) Conforme determinaram os atos societários da cisão mencionada na nota 1 (c), os adiantamentos de receitas recebidos, decorrentes de operações futuras da SCP, da primeira e segunda operação, deverão ser liquidados pela Codemig quando de seu vencimento, a partir de 2020. Considerando que a Codemig é a sócia da SCP mantida com a CBMM, a Companhia figurará como intermediária dessa liquidação e, sendo assim, um ativo de igual valor foi constituído contra a Codemig, na data da Cisão, e tem sido atualizado na mesma proporção do passivo. Cabe ressaltar que a Codemig participou em setembro de 2018 de uma nova operação de antecipação de receitas a qual a Codemig não possui qualquer obrigação de ressarcimento – terceira operação. Vide nota 20.					Custos da transação	-	(4.725)	
(iv) A MGI é uma empresa do Estado de Minas Gerais e foi acionista da Codemig por um curto período de tempo no início de 2018. A Codemig adquiriu do Estado de Minas Gerais debêntures emitidas pela MGI no início do exercício as quais foram recompradas pelo Estado ao final do exercício. Além disso, a MGI adquiriu em 2016 parcela da participação da Codemig no BDMG cujo contas a receber foi liquidado ao final do exercício de 2018.					Prêmio debêntures	-	1.428	
					-	-	333.588	
					Circulante	-	116.193	
					Não circulante	-	217.395	
					-	-	333.588	
					As debêntures estavam garantidas pelos recebíveis da Companhia com a CBMM, referentes a sua participação na SCP. Conforme escritura das debêntures, sua remuneração era da taxa equivalente ao CDI + 2,25% a.a., cujos juros remuneratórios eram pagos mensalmente.			
					As debêntures foram emitidas em novembro de 2012, com dois anos de carência do principal, e possuíam o vencimento final em novembro de 2020, com a primeira amortização paga em novembro de 2014. Entretanto, em fevereiro de 2018, ocorreu o resgate antecipado da totalidade das debêntures de emissão da Companhia.			
					Abaixo encontra-se apresentada a movimentação dos empréstimos:			
					Saldo inicial	2018	2017	
					Amortização do principal	333.588	447.816	
					Pagamento de juros	(335.580)	(115.080)	
					Pagamento de prêmio debêntures	(5.674)	(48.905)	
					Juros incorridos	(1.428)	-	
					Provisão prêmio debêntures	9.094	48.329	
					-	-	1.428	
					Saldo final	-	333.588	
					18. Tributos a recolher			
					PIS e COFINS	2018	2017	
					Imposto sobre mercadorias e serviços – ICMS e ISS	380	796	
					Impostos e contribuições retidas de terceiros	102	717	
					Impostos e contribuições retidas sobre salários	-	1.339	
					Imposto de renda e contribuição social correntes	2	1.340	
					-	137	-	
					621	4.192		
					A redução dos saldos decorre basicamente da cisão de ativos e passivos, ocorrida em 31 de janeiro de 2018 (nota 1 (c)).			
					19. Salários e encargos sociais			
					INSS	2018	2017	
					Provisão de férias e 13º salário	6	2.260	
					Provisão de participação nos lucros e resultados (PLR)	-	5.590	
					Outros	-	3.192	
					-	-	1.498	
					6	12.540		
					Em 31 de janeiro de 2018, foi aprovado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária que, por efeito da cisão, a Codemig deverá aditar e estender os efeitos dos acordos de convenção coletiva à Codemge, visando a garantia de manutenção de todos os direitos trabalhistas de todos os empregados da Codemig, que foram transferidos para a Codemge.			
					A redução dos saldos decorre basicamente da cisão de ativos e passivos, ocorrida em 31 de janeiro de 2018 (nota 1 (c)).			
					20. Adiantamentos recebidos			
					Primeira e segunda operação	2018	2017	
					Terceira operação	88.561	84.512	
					-	48.018	-	
					136.579	84.512		
					A Companhia, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, pode concordar em participar das operações de adiantamento de contrato de exportação realizados pela sócia ostensiva decorrentes de operações futuras da SCP, sendo o saldo de adiantamentos recebidos derivado das operações na qual houve concordância da Companhia em participar. Do valor em aberto, R\$49.539 foram recebidos em 2015, R\$39.022 em 2016 e R\$48.018 em 2018 e são vinculados a receitas futuras a serem concretizadas entre 2022 e 2023, na primeira operação, entre 2020 e 2021 na segunda operação e entre 2023 e 2024 na terceira operação.			
					Tais adiantamentos foram realizados em reais pela CBMM, mas são vinculados às antecipações de cambiais em moeda estrangeira (iene) e serão quitados através da vinculação do cambial com a entrega de mercadoria para o mercado na moeda transacionada. Os custos deste financiamento são cobrados diretamente no resultado da SCP no momento em que incorrer, junto com os custos das operações que a Codemig não anuiu em participar. Como mencionado na nota 16, a variação cambial da dívida principal será cobrada apenas na vinculação dos cambiais com a parcela de exportação que amortiza a dívida da SCP.			
					Foi estabelecido nos atos societários da cisão, mencionada na nota 1 (c), que o passivo de adiantamento de receitas – SCP naquela data seria vertido para Codemge. O saldo em aberto na data da cisão correspondia ao saldo da primeira e da segunda operação de adiantamento. Em decorrência da impossibilidade de transferência desses contratos de adiantamento, uma vez que fazem parte da estrutura negocial da Escritura Pública da SCP (nota 1 (b)), foi registrado contas a receber de partes relacionadas com a Codemge, no mesmo valor e nas mesmas condições do passivo, ou seja, com todos encargos financeiros.			
					Abertura dos adiantamentos por ano de vencimento:			
					Por ano de vencimento	2018	2017	
					2020	19.511	20.293	
					21. Provisão para contingências			
					A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Devido ao efeito da cisão de ativos e passivos, ocorrida em 31 de janeiro de 2018, as variações patrimoniais dos saldos informados estão apresentadas na nota 1 (c).			
					As provisões para contingências contabilizadas em 31 de dezembro de 2018 estão demonstradas a seguir:			
					Contingências trabalhistas	2018	2017	
					Contingências cíveis (i)	-	140	
					Contingências tributárias	18.960	21.406	
					-	-	1.375	
					18.960	22.921		
					(i) Do saldo total, R\$18.960 (R\$18.960 em 31 de dezembro de 2017) decorrem da obrigação de indenização pelo resgate de ações ocorrido na transformação da Codemig de sociedade de economia mista em empresa pública conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro de 2010. Existe um vínculo do pagamento da indenização com a solução de uma disputa judicial, que não se movimentou no exercício, que identificará quem é o ex-acionista a ser indenizado pela Companhia. Pela indefinição do real devedor e sua consequente inexigibilidade até a data de conclusão do processo, com o seu consecutivo trânsito em julgado, a Companhia considera tal indenização como uma contingência.			
					Exceto pelo processo cível mencionado em (i) acima, todos os demais processos envolvendo a Companhia até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemge, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes.			
					Perdas possíveis, não provisionadas no balanço			
					Devido aos efeitos da cisão e do Termo de Indenização e Outras Avenças, a administração considera que, embora a Companhia esteja envolvida em processos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios anteriores à cisão, na data base dessas demonstrações financeiras não há causas com probabilidade de desembolso futuro possível na Codemig (R\$15.654 em 31 de dezembro de 2017). Caso houvesse, não seria requerida a provisão para eventuais perdas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro.			
					Conforme já mencionado, exceto pela contingência cível provisionada pela Companhia, todos os demais processos envolvendo a Companhia até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemge, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes, incluindo as contingências classificadas como prováveis e como possíveis. O valor das contingências assumidas pela Codemge, de probabilidade de perda provável e possível é de R\$1.805 e R\$8.411, respectivamente.			
					22. Patrimônio líquido			
					(a) Capital Social			
					Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado é de R\$10.260 (R\$966.915 em 31 de dezembro de 2017), representado por 360.868 ações, sendo que a Codemge detinha 252.612 e o Governo de MG detinha 108.256 ações.			
					No mês de janeiro de 2018 o BDMG transferiu sua única ação à MGI - Minas Gerais Participações S.A. através de um Contrato de Compra e Venda de Participação Acionária entre as partes. Já na AGE de 26 fevereiro de 2018, a MGI e o Estado de Minas Gerais aportaram ações da Codemig na Codemge, nas quantidades de 1 e 99.929, respectivamente, de maneira que a Codemge, naquele momento, se tornou acionista controlador da Codemig. Em 5 de março de 2018, foi aprovado em AGE o aumento de capital da Companhia pela emissão de 84.444 novas ações ordinárias em R\$220.072, subscrito por ambos acionistas mediante a incorporação da reserva de lucros ao capital social. Decorrente desse aumento, R\$84 foram incorporadas ao capital social da Companhia, enquanto os R\$219.988 restantes foram destinadas à reserva de capital como ágio na emissão de ações, alterando o capital subscrito de R\$10.043 para R\$10.127 divididos em 227.199 ações.			
					Em Reunião do Conselho de Administração realizada em novembro de 2018, foi aprovado o aumento de capital na Companhia com a emissão de 133.863 ações no valor total de R\$272.198, das quais 194 foram canceladas em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), imediatamente posterior, alterando o valor do aumento de capital para R\$271.802. Nessa mesma AGE, o Estado de Minas Gerais renunciou ao seu direito de subscrição de modo que a Codemge, exercendo seu direito de preferência, integralizou todo o montante. Desse aumento, R\$133 foram destinados ao capital social e R\$271.669 a reserva de capital, alterando o capital social de R\$10.127 para R\$10.260, dividido em 360.868 ações. A subscrição foi integralizada com a parcela de 58,52% do Centro Cultural Presidente Itamar Franco, conforme descrito na nota 13. Como modo de reequilibrar as participações da Codemge e do Estado de Minas Gerais após a operação de aumento de capital da Codemig, o Estado de Minas Gerais recebeu, ainda em novembro de 2018, 40.099 ações da Codemig, de propriedade da Codemge.			
					A reorganização societária de cisão ocorrida em 31 de janeiro de 2018, cindiu parte do saldo do capital social no montante de R\$956.872.			
					(b) Capital autorizado			
					Conforme seu Estatuto Social, Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$2.500.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.			
					(c) Reserva de capital			
					Em 31 de dezembro de 2018 a reserva de capital era de R\$591.170 (R\$99.513 em 31 de dezembro de 2017) e foi constituída integralmente por ágio na emissão de ações, na qual parte do preço da emissão das ações – que não tem valor nominal – ultrapassou a importância destinada à formação do capital social.			
					(d) Reservas de lucro			
					(i) Reserva legal			
					Do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de			

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20% do capital social, conforme disposições legais. Ainda conforme a lei, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2018 foi constituído R\$43 de forma que a reserva legal da Companhia atingiu seu limite legal, com saldo de R\$2.052 (R\$47.944 em 31 de dezembro de 2017).	contribuição social - SCP 1.381.341 824.606	Imposto de renda e contribuição social corrente (476.931) (276.586)	Imposto de renda e contribuição social correntes (1.853) -
	Receita - SCP 904.410 548.020		Total (1.853) -
22. Patrimônio líquido (continuação...)	24. Despesas gerais e administrativas		26. Imposto de renda e contribuição social (continuação...)
d) Reservas de lucro (continuação...)			(i) Considerando a legislação fiscal brasileira, uma operação societária de cisão encerra um período fiscal e a partir daquela data se inicia outro. Dessa maneira, o resultado fiscal apurado pela Codemig em 31 de dezembro de 2018 é de onze meses, e não de doze, uma vez que o mês de janeiro foi considerado como período fiscal encerrado com a cisão. O período de 1 mês findo em 31 de janeiro de 2018 apresentou prejuízo fiscal de R\$15.127.
(ii) Retenção de lucros			27. Lucro por ação
Após a constituição da reserva legal, a proposição de dividendos mínimos e a compensação do saldo de prejuízos acumulados, a Companhia destina o saldo dos lucros acumulados à constituição da reserva de retenção de lucros (reserva de lucros para expansão) com o propósito de retenção de recursos na Companhia para subsidiar e atender aos projetos de investimento aprovados no Conselho de Administração que, alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, contribuem para o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2018 a reserva de lucros da Companhia, desconsiderando a reserva legal, era de R\$90.978 (R\$537.266 em 31 de dezembro de 2017).	2018 2017		Básico e diluído
	Despesas com pessoal (3.927) (1.197)		O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias nem mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.
	Encargos sociais (38) (239)		Operações continuadas
	Serviços de terceiros (3.276) (3.143)		Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia 925.313 536.555
	Depreciação e amortização (2.279) (5.993)		Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação 226.312 136.054
	Despesas tributárias (14) -		Lucro básico e diluído por ação (em reais)
	Indenizações - (5.260)		Operações descontinuadas
	(9.534) (15.832)		Prejuízo do período atribuível aos acionistas da Companhia (14.190) (263.205)
(e) Dividendos			Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação 226.312 136.054
			Lucro básico e diluído por ação (em reais)
Lucro líquido do exercício 911.123 273.350			(62.70) (1.934.56)
Reserva legal (5%) (43) (13.668)			
Base para dividendos 911.080 259.682			
Percentual estatutário de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro 70% 25%	25. Resultado financeiro		28. Eventos subsequentes
Dividendos mínimos obrigatórios 637.756 64.921	O resultado financeiro incorrido pela Companhia está substancialmente vinculado às oscilações dos saldos de suas aplicações financeiras e da sua dívida junto aos debenturistas, liquidada em fevereiro de 2018. Ambas operações possuem como o benchmark o CDI, de modo que a flutuação de tal índice influencia diretamente nos montantes apropriados de receitas e despesas financeiras.		(a) Distribuição de dividendos Codemig e Codemge
Dividendos distribuídos, excedentes ao mínimo 182.726 25.079			Em janeiro de 2019, foi realizada reunião da Diretoria da Codemig onde foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$100.000, ainda baseados no lucro de 2018. A acionista Codemge, detentora de 252.612, teve direito à R\$70.001 de dividendos enquanto que o acionista Estado de Minas Gerais, detentor de 108.256 ações nesta data, teve direito à R\$29.999.
Total de dividendos distribuídos 820.482 90.000	2018 2017		(b) Contrato de financiamento do projeto de Terras Raras da Codemge
	Receitas		Em fevereiro de 2019 a Codemig assinou um contrato de financiamento de projeto com a Finep (Financiadora de Inovação e Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), tendo a Codemge como executora do projeto e a Codemig como financiadora. O contrato de financiamento prevê o recebimento pela Codemig de R\$130.475 parcelado em conformidade com o cronograma de desembolso do projeto, possui uma carência de 48 meses e será amortizado em 97 parcelas mensais sucessivas. Os encargos financeiros previstos no contrato é de TJLP menos 0,5% ao ano.
	Juros recebidos de aplicações financeiras 20.567 48.332		O projeto financiado é de desenvolvimento de um laboratório-fábrica de imãs de Terras Raras, iniciado pela Codemig e sucedido pela Codemge após a Cisão. Os demais contratos adjacentes entre as partes ainda não foram firmados, como contrato para regular o repasse do recurso para a Codemge e contratos de garantias exigidos. Considerando que a Codemig não participa mais do projeto, as garantias serão de encargo exclusivo pela Codemge.
	Variação monetária ativa (i) 18.567 5.012		
	Outras 1.939 -		
	41.073 53.344		
	Despesas		
	Juros de empréstimos e financiamentos (9.098) (49.757)		
	Variação monetária passiva (46) -		
	Outros (591) (758)		
	(9.735) (50.515)		
	31.338 2.829		
	(ii) A variação monetária registrada decorre substancialmente da dívida entre Codemig e Codemge derivada do ato de cisão que transferiu a Codemge a dívida de adiantamentos recebidos até a data da cisão. Sendo assim, conforme informado nas notas 16 e 20, a Codemig registra a variação cambial de todas as dívidas da SCP no resultado da SCP e em seu balanço, mas a variação cambial exclusiva daquelas antecipações cindidas serão ressarcidas pela Codemge no momento da sua realização.		
	26. Imposto de renda e contribuição social		
	A Companhia é tributada com base no lucro real as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. Até a data de sua cisão, a Companhia apresentava prejuízo fiscal, uma vez que a maior receita da Companhia, proveniente da SCP, possui tributação própria.		
	Com a cisão, os custos e despesas operacionais das demais atividades da Companhia foram absorvidos pela Codemge, o que fez com que a empresa passasse a apresentar resultados fiscais positivos e apurar tributos sobre o lucro.		
	A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:		
		2018 2017	
	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social 912.976 273.350		
	Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%) (310.412) (92.939)		
	Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
	Exclusão permanente do resultado da SCP . 307.499 186.327		
	Exclusões / (adições) permanentes, líquidas 5.374 (17.041)		
	Ativo diferido não registrado - (76.347)		
	Ajuste decorrente de cisão parcial (5.143) -		
	Utilização de prejuízos fiscais (30%) 804 -		
	Outros 25 -		
	Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas (1.853) -		
	Imposto de renda e contribuição social diferidos - -		

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

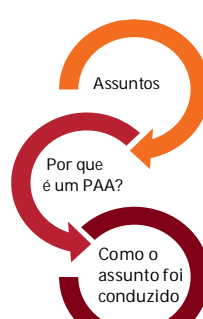
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
Chamamos a atenção para a Nota 15 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com parte relacionada, sua principal fonte de recursos, mantém saldos com parte relacionada integrante do Governo do Estado de Minas Gerais, em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira, cede em comodato não oneroso, imóvel de sua propriedade à entidades ligadas ao Governo do Estado de Minas Gerais e tem despesas administrativas e de estrutura assumidas por parte relacionada. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

O contexto de nossa auditoria é definido com base nas principais atividades da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Conforme descrito na Nota 1 às demonstrações financeiras, o evento mais significativo ocorrido nesse exercício foi a cisão parcial de suas operações, cuja parcela cindida foi assumida pela Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE, tendo permanecido na Companhia os negócios relacionados com a exploração de Nióbio.

Nesse contexto, nossa estratégia de auditoria, bem como a definição dos Principais Assuntos de Auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior, exceto pela exclusão do assunto referente a avaliação do valor recuperável dos investimentos em coligadas, uma vez que esses investimentos foram vertidos para a CODEMGE.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Receita da exploração do nióbio (Notas 1 e 23)

As receitas da Companhia são substancialmente provenientes dos recursos oriundos da atividade de exploração do nióbio, por meio de sua participação em uma Sociedade em Conta de Participação ("SCP") em conjunto com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM ("CBMM").

As receitas são reconhecidas e os resultados apurados pela SCP com base em informações obtidas da CBMM, as quais são monitoradas e controladas pela administração da Companhia com o objetivo de apurar e registrar os valores de forma correta, completa e no adequado período de competência.

A relevância dos valores dessas receitas, bem como os potenciais riscos envolvidos na sua apuração e no seu reconhecimento no período correto por meio da SCP, nos levou a identificar essa área como de risco significativo, o que requer considerações especiais de auditoria.

Como resposta de auditoria, nossa abordagem incluiu, entre outros, os seguintes procedimentos descritos a seguir:

Efetuamos a leitura e o entendimento do contrato entre a Codemig e a CBMM, bem como a atualização sobre o entendimento dos controles internos do processo de apuração e reconhecimento de receitas e contas a receber.

Efetuamos procedimentos analíticos sobre a movimentação das receitas, para identificar variações inconsistentes às nossas expectativas, obtidas a partir de nosso conhecimento prévio das operações da SCP, e que possam indicar potenciais problemas de apuração e competência.

Obtivemos da CBMM a confirmação direta do valor da receita do exercício e do saldo de contas a receber da SCP em 31 de dezembro de 2018.

Efetuamos o recálculo dos valores reconhecidos como receita do exercício, com base na fórmula descrita no contrato entre a Companhia e a CBMM.

Além dos testes descritos anteriormente, realizamos teste de conciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares e realizamos teste de recebimento subsequente das contas a receber em aberto ao final do exercício referente aos valores da SCP.

Consideramos que os valores e as informações divulgados estão consistentes com os dados e documentos obtidos em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Forneçamos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



pwc

Belo Horizonte, 8 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1